

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE TEMATICO A LA QUE SE PRESENTA EL TRABAJO

EIXO TEMÁTICO DA INSCRIÇÃO DO TRABALHO

**EIXO 5: NATUREZA E AMBIENTE NA FRONTEIRA**

# As diferenças nas ações do Projeto de Sustentabilidade das Comunidades Indígenas (Itaipu) e do Projeto GATI na Terra Indígena do Oco’y – PR

Roberto dos Anjos Dias¹,

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável

rd\_dias@yahoo.com.br

Nardel Luiz Soares da Silva²

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Coordenador do Programa de Pós Graduação de Desenvolvimento Rural Sustentável

nardel.silva@unioeste.br

Julio - 2015

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar dois projetos de desenvolvimento sustentável realizados na Terra Indígena Oco’y localizada no município São Miguel do Iguaçu – PR, o qual se constitui de um pequeno território com alta densidade demográfica e condições ambientais, sociais e econômicas frágeis. O território de estudo foi selecionado juntamente a outras 32 Terras Indígenas no país para ser local de implementação do Projeto de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (GATI). Ao mesmo tempo já estava sendo realizado há 10 anos outro projeto de desenvolvimento sustentável incentivado pela empresa Itaipu Binacional. Através de análise crítica e comparação entre esses dois projetos que possuem objetivos semelhantes conclui-se que a forma de condução da Itaipu visa resultados imediatos, suprindo as necessidades indígenas, no entanto sem grande participação da comunidade nas decisões e sem contribuir com a autonomia indígena. Percebe-se que as ações realizadas não são sustentáveis e o termo sustentabilidade é apenas recurso de marketing. Enquanto o GATI realizado a partir das diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas foca na satisfação das necessidades presentes e futuras promovendo ações que respeitam a autonomia e participação indígenas, respeitando as características ambientais e culturais do território.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental e Territorial, Itaipu, Indígenas.

**Introdução**

Atualmente encontra-se em fase de execução o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (GATI) com previsão para ser realizado em 32 terras indígenas. O GATI é a práxis da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto 7.747/12 - PNGATI) tanto no campo metodológico com a construção de novas abordagens e ferramentas, como também através de reuniões entre órgãos públicos e indígenas estabelecendo planos de ação e a organização de oficinas e cursos para a formação de profissionais, estendo para ações práticas realizadas nas Terras Indígenas.

O Projeto GATI tem por objetivo fortalecer as práticas indígenas tradicionais, o uso sustentável, a conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas de forma que também auxilie na conservação do bioma local (O que é o Projeto Gati?, 2015).

Ao mesmo tempo vem sendo realizado há 10 anos o Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas, encabeçado pela Itaipu Binacional e demais parcerias locais e regionais.

Dentre os desafios da implantação de projetos de sustentabilidade na TI Oco’y estão o excesso de população e o pouco território, produção incipiente para a alimentação da comunidade e direitos e proibições que se contradizem. Dessa forma necessita de uma estratégia de gestão construída de dentro da comunidade em articulação com as instituições envolvidas no projeto.

O presente trabalho foi realizado a partir de uma perspectiva crítica baseada nas informações disponíveis em bibliografia sobre os projetos de sustentabilidade realizados e projetados para a Terra Indígena do Oco’y. Também foram consultados sites institucionais uma vez que os o tema é recente e as informações são escassas.

A novidade do tema é ao mesmo tempo algo positivo devido as oportunidade de acompanhar as ações que estão sendo realizadas a partir da política pública do PNGATI, como também a possibilidade de analisar a relação entre a prática e a teoria. Ademais há certa relevância pelo ineditismo, porém se torna um desafio devido às poucas fontes disponíveis.

Realiza-se em subcapítulos separados a comparação de um projeto de sustentabilidade incentivado pela Itaipu Binacional e outro realizado a partir de uma política pública. E percebe-se que o projeto realizado incialmente vem desempenhando importante papel na alimentação e promoção de atividades culturais e econômicas na Terra Indígena, no entanto não contribuiu para a autonomia dos indígenas de forma que estes viessem a deixar de depender das instituições envolvidas. Constata-se que o projeto GATI embora tenha executado poucas ações estas respondem mais adequadamente ao debate teórico sobre ações sustentáveis.

**Discussão**

A Terra Indígena do Oco’y, ocupada por indígenas da etnia Avá-Guarani fica localizada as margens do Lago de Itaipu dentro do município de São Miguel do Iguaçu, foi demarcada em 1982 como compensação dos territórios que seriam alagados com a construção do Lago de Itaipu. Entretanto a demarcação abrigou apenas um número pequeno de famílias indígenas, necessitando anos depois assentar outras famílias em outra terra indígena. Tal atitude ainda não foi suficiente e atualmente o território não possui espaço suficiente para a reprodução física e cultural dos indivíduos (Carvalho, 2013).

Devido a estas características há uma demanda de se aperfeiçoar o uso dos recursos do território, aproveitando da melhor forma o pouco espaço disponível para a agricultura tradicional, o Lago de Itaipu para a piscicultura, o cultivo de matéria prima para artesanato, alimentos, plantas tradicionais e outras atividades possíveis de ser conciliadas com o modo de ser Guarani.

Embora existam qualidades fundamentais que incentivem a implantação do Projeto GATI na comunidade Oco’y também ocorrem diversos outros fatores que se mostram urgentes e impactam diretamente em projetos para a sustentabilidade da comunidade. O mais relevante é a questão fundiária e a necessidade de se ampliar os limites do território, principalmente por se encontrarem localizados em uma Área de Preservação Permanente as margens do Rio Paraná, local que não deveria haver ocupação humana, como também a falta de terra para o manejo, a dispersão de agrotóxicos em propriedades vizinhas e que atingem a TI entre outros problemas jurídicos ambientais. (Carvalho, 2013).

A questão fundiária do TI Oco’y nasce juntamente com a sua localização, pois está situada numa estreita faixa em formato de “V” constituindo-se em um trecho de margem do Lago de Itaipu, isto é, de Área de Preservação Permanente. Porém como os indígenas foram assentados neste local acabou também por se configurar como Terra Indígena. Ou seja, há uma sobreposição de dois limites jurídicos, o primeiro que considera o local como um território que não pode ser ocupado por qualquer população e um segundo que garante a presença de uma população indígena e o uso de todos os recursos naturais ali existentes.

Outro problema é o ínfimo tamanho do território frente a uma população que tende a aumentar. Atualmente a Terra Indígena conta com apenas dois braços do “V” com 238 metros de largura, o que impossibilita o manejo itinerante realizado pelos indígenas. Cultivando as roças continuamente nos mesmos locais, contribui para o desgaste do solo e consequentemente gera baixa produtividade das culturas agrícolas (Carvalho, 2012, p.174).

A alimentação Avá-Guarani provém da coleta, caça e pesca, no entanto devido ao pouco território a área florestada foi ocupada e assim poucos recursos de flora foram se extinguindo o que impacta na coleta de remédios, alimentos e matéria prima para artesanatos, pequena fonte de renda de algumas famílias e com a presença indígena nenhuma caça permaneceu. A pesca segundo a Carvalho (2012) é impactada pelo controle das comportas da Usina de Itaipu que afeta os peixes através da variação do nível de água e também é atingida pelos agrotóxicos das propriedades vizinhas em função de ser uma área em declive de uma microbacia.

**Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas realizado pela Itaipu Binacional**

Algumas atividades já estavam sendo realizadas visando o desenvolvimento sustentável por diferentes órgãos e instituições de diferentes escalas de gestão, com o intuito de modificar a realidade do Oco’y. Buscando a produção para suprir as necessidades alimentares e o fortalecimento da infraestrutura das aldeias, desde 2003 a Itaipu desenvolve o “Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas” que integra o Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional a qual também implantou tanques-rede para a criação de peixes através do “Programa Mais Peixes em Nossas Águas” (Jornal, 2013).

As ações prosseguem e segundo o Relatório Anual (2014) foram repassadas cestas básicas e alimentos frutos de convênios e doações, assistência técnica, doação de mudas, sementes e matéria orgânica, o relatório ainda informa que em 2014 houve o preparo de 48 hectares de solo com máquina agrícola.

É interessante ressaltar que Carvalho (2013) relata que em 2003 houve um processo judicial que a FUNAI, o município de São Miguel do Iguaçu e a Itaipu sofreram por parte do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) por realizar o preparo do solo em um total 80 hectares da Terra Indígena com máquina agrícola. Nesta situação de impasse, segundo a autora, as ações foram ambientalmente inadequadas e antropologicamente incorretas, uma vez que ao passar o maquinário eliminou parte da já pouca biodiversidade e deixando o solo exposto pode deixar este infértil no futuro visto que os guarani não possuem tecnologias e nem meios financeiros de utilizar tecnologias externas para corrigir o solo, muito menos em área tão extensa.

Em contrapartida, a socióloga da Itaipu afirmou que sem o procedimento os indígenas não teriam como se alimentar, entretanto como estava claro:

a falta de condições para que os Guarani realizem sua subsistência, redundando “na falta de alimentos”, não estaria relacionado ao tipo de tecnologia utilizada pelos índios – que continuamos à afirmar, é a mais adequada ao ambiente, mas sim à falta absoluta de espaço físico na Terra Indígena, para prover as necessidades de subsistência dos Guarani. (Carvalho, 2013, p. 456)

Ao não se ater na necessidade de rever os limites do território, a socióloga e o antropólogo representante da Itaipu no processo não estariam “considerando o interesse em assegurar as condições de subsistência à comunidade indígena”, conclui (Carvalho, 2013, p.458).

Ademais o cultivo Guarani é baseado no cultivo de uso e pousio, agricultura itinerante, isto é, utiliza-se uma área para plantação durante determinado tempo e depois a substitui por outra, deixando esta descansar e recuperar suas qualidades produtivas (Carvalho, 2013; Brighenti, 2005). Embora seja o cultivo mais adequado ambientalmente, é impossível de ser realizado na Terra Indígena, devido a sua área, entretanto há alternativas que melhor se adéquam as especificidades da cultura indígena e o cuidado ao meio ambiente como, por exemplo, o modo de cultivo agroecológico.

Percebe-se com base na informação e nas fotos disponíveis no Relatório Anual (2014) que a Itaipu continua a estimular a agricultura dentro de uma lógica que não leva em conta os aspectos socioculturais indígenas, uma vez que a agricultura é uma das características tradicionais do povo Guarani e como foi dito é realizada da forma mais adequada, portanto deveria ser realizada ao seu modo, este que está sendo esquecido pelas novas gerações, pois precisam se adaptar ao sistema proporcionado pela Itaipu (Carvalho, 2013, p.458), ou seja, há ainda impactos na reprodução cultural indígena.

O estímulo de uma agricultura não tradicional além de ser insustentável configura a não homogeneidade do “Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas“, pois ignora que é indissociável a prática de vida indígena como parte da cultura e não como algo a ser recorrido apenas em dias de festividades.

Há ainda ressalvas sobre os resultados do “Programa Mais Peixes em Nossas Águas”, segundo Orsi (2011), pois as atividades até então não estariam atendendo os objetivos dos indígenas de gerar alimento para a comunidade, pois não havia uma regularidade na entrega dos peixes e o consumo foi muito abaixo dos padrões recomentados pela Organização Mundial da Saúde. Para a autora há ainda um desinteresse da comunidade no projeto, pois estes consideram obrigação da Itaipu em fornecer o peixe, uma vez que foi esta instituição que os desalojou.

Orsi (2011) considera necessária maior participação da comunidade e não só da liderança nos processos decisivos. Além de importante e necessária a participação democrática da comunidade e a consulta prévia a todas as ações realizadas na terra indígena é um direito reconhecido pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho a qual o Brasil é signatário e a Declaração Internacional dos Povos Indígenas da ONU.

Uma vez que a participação democrática da comunidade reforça as relações como os laços de confiança e reciprocidade dos membros da comunidade reforçando o sentimento de cooperativismo e tornando o grupo mais unido em torno de um objetivo final assim garantindo que o projeto tenha continuidade.

Sobre a participação social no desenvolvimento, Buarque (1999) afirma:

A integração participativa do cidadão na vida política e social é um fator importante também para a sustentação política das políticas, assegurando a efetividade e a continuidade das decisões. Por outro lado, a participação é um bem de grande valor para a qualidade de vida, representando objetivo adicional a ser perseguido pelo desenvolvimento sustentável, pelo que representa em realização humana e socialização. (Buarque, 1999, p.33)

É relevante notar como a participação da comunidade poderia implicar em outros rumos para o projeto, pois como dito anteriormente a população deve estar envolvida desde a formulação dos projetos, determinando como realizar as atividades e se comprometendo na realização até a distribuição dos resultados.

Pelas características descritas percebe-se que o projeto da Itaipu foi implantado de forma verticalizada, de cima para baixo, seu argumento convence os indígenas e aparece como uma boa propaganda, entretanto apresenta muitos lapsos no campo prático.

Não se desconsidera a importância das iniciativas realizadas na comunidade, porém percebe-se que se passaram 12 anos do início do Projeto da Itaipu e os indígenas não conseguiram sua autonomia para geração de alimentos e renda, mantendo dependência dos projetos realizados pela empresa.

Percebe-se que as ações realizadas apesar de apelarem para o termo sustentabilidade não correspondem a compreensão básica de sustentabilidade como harmonia entre as dimensões econômicas, ambientais e sociais ao longo do tempo, assim como proposto pelo Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” (1991), compartilhado por diversos órgãos e países.

Considera-se que as ações que não podem ser consideradas sustentáveis, uma vez que no máximo suprem necessidades imediatas como também não estão sendo respeitadas a capacidade de regeneração, reprodução e coevolução dos bens e serviços naturais (Boff, 2015, p.107) devido ao ínfimo território e a adoção de práticas agrícolas incompatíveis com a harmonia do meio ambiente e as práticas produtivas.

Outro fator extremamente importante para o desenvolvimento sustentável que não é levado em conta é a autonomia indígena, uma vez que estes ainda dependem das ações da empresa para manterem suas atividades. Considera-se que “desenvolvimento significa a ampliação das oportunidades de modelar a vida e definir lhe um destino (Boff, 2015, p.136)” assim as ações devem promover a capacitação e profissionalização de forma com que os indígenas possam dar continuidade ao projeto independente da presença de instituições externas, o que necessariamente implica as ações devem ser constituídas de processos acessíveis aos indígenas e próximos da realidade local.

Percebe-se que da maneira que está sendo realizado o Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas não há preocupação com a sustentabilidade assim como proposta na teoria, mas sim apenas com números, tornando-se uma grande ação de marketing.

**A implantação do Projeto GATI na Terra Indígena do Oco’y**

A promulgação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas através do Decreto 7.747/2012 é um marco importante na luta dos povos indígenas por uma política pública indigenista abrangente que envolvesse proteção territorial, gestão ambiental e a sustentabilidade das ações em territórios indígenas.

A PNGATI impulsiona as ações de gestão territorial de terras indígenas, pois cria meios legais para a gestão e o desenvolvimento se materializar, agregando diferentes atores e instituições, direcionando verbas, servindo como diretriz para realização de projetos que prezam pela sustentabilidade, ambiental, econômica e social, respeitando a autonomia e promovendo a participação da sociedade indígena.

O Projeto de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (GATI) é uma das formas de realização das diretrizes impostas pelo PNGATI, possui o objetivo de construir um desenvolvimento voltado à qualidade de vida das comunidades com o auxilio de diversos órgãos governamentais, instituições e, sobretudo dos próprios indivíduos envolvidos.

Fazem parte do Projeto, organizações indígenas, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).

Foram selecionadas 32 Terras Indígenas nos cinco biomas florestais brasileiros seguindo alguns critérios, três destes partem da existência de um protagonismo indígena existente no território, uma da relevância da fauna e flora e outra em função de possíveis empecilhos que não atrapalhem as ações do projeto e possam ser minimizados pela atuação do projeto (Implementação, 2015).

O GATI iniciou suas atividades a partir da consulta local, obedecendo às diretrizes impostas pela Convenção n° 169 e da PNGATI, realizando a primeira reunião em outubro de 2012 com o intuito de definir alguns objetivos e contou com participação de lideranças indígenas, servidores da Funai, representantes de órgãos parceiros e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Foram três dias de debates com o objetivo de organizar a gestão do Projeto no que resultou na construção do Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI. E por fim, organizados em grupos por áreas de referência, lideranças indígenas e representantes dos órgãos debateram sobre os Planos de Ação que deveriam ser estabelecido em cada uma das TIs (Villanueva, 2012).

O Projeto GATI iniciou suas atividades práticas na comunidade em 2013 com ações focadas na necessidade de otimização do território indígena para a produção de alimentos e renda. Realizou “iniciativas que integram o uso sustentável do solo, a produção de alimentos de qualidade, o resgate e valorização de espécies tradicionais, a segurança alimentar e a comercialização dos excedentes”. Nessa etapa o projeto contou com o apoio com a Associação dos Produtores e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu e da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu (Gati, 2014).

A cooperação entre organizações, do nível global ao local, é fundamental para a realização do desenvolvimento sustentável e é interessante notar como estão vinculados os atores que promovem a sustentabilidade em diversas etapas do processo de desenvolvimento. Tais parcerias estão previstas pelo Art. 3° Inciso XIII da PNGATI como forma de compatibilizar políticas públicas de diferentes escalas.

A estratégia de ação utilizada é a do aproveitamento do pouco território para gerar alimentos diversificados e saudáveis, assim foram desenvolvidos alguns microprojetos, são eles o “Apoio à implantação de pomar agroflorestal”, “Agrofloresta para segurança alimentar e recuperação de áreas degradadas” e “Implantação de quintais agroflorestais” e “Hortas de Mandala”. Também foram realizadas oficinas, palestras e intercâmbios visando à troca de experiências de manejo e de caminhos a seguir para produzir e gerar renda (Gati, 2014).

Sobre a relação entre conhecimentos tradicionais e técnicas da ciência ocidental Smith e Guimarães (2010) afirmam:

O diálogo entre diferentes formas de conhecimentos, sobretudo de conhecimentos indígenas locais e de conhecimentos acumulados nos moldes da ciência ocidental é um aspecto desejável para melhorar a efetividade de ações de gestão ambiental nas terras indígenas. No entanto, é importante considerar nesse processo de diálogo, que a base de construção de estratégias de gestão deve privilegiar os conhecimentos locais e que, conhecimentos externos (como aqueles propostos pela ciência ocidental ou outros atores) sejam, antes de tudo, apropriados pelos povos indígenas de acordo com sua lógica e racionalidade específicas. (Smith e Guimarães, 2010, p, 11)

A adoção do estabelecimento de atividades agroecológicas se apresenta como estratégia adequada de produção sustentável para a terra indígena Oco’y, pois busca diversidade e aumento de produção de alimentos no pouco território disponível, além de estimular a relação da diversidade produtiva com característica de manejo consorciado do Avá-Guarani.

Para Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008) a produção seguindo os conceitos agroecológicos:

Além de ser um meio de produção ecologicamente correto que se opõe ao atual modelo agrícola convencional predominante no mundo, é, sobretudo, uma forma de produção que satisfaz e valoriza o pequeno produtor, integrando-o ao ambiente e à sociedade. Nesse sentido, a agroecologia incorpora, aos objetivos de conservação ambiental presentes na agricultura orgânica, objetivos sociais, onde agricultores e consumidores devem ser valorizados e beneficiados no processo. (Candiotto *et al*, 2008, p.222)

Por se tratar de uma área de preservação permanente a implantação de pomares e quintais agroflorestais constitui-se de uma iniciativa que promoverá a alimentação em médio prazo como também o reflorestamento da margem do lago, por fim, as hortas de mandala são pequenas intervenções no território que também promovem diversidade de cultivares e podem ser instaladas utilizando de pouco espaço.

No documento “Síntese da reunião de instalação do Conselho Regional do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI” (Villanueva, 2012) foram definidas algumas atividades que deveriam ser implementadas no futuro.

São elas: 1) Etnomapeamento com enfoque em identificação da biodiversidade de valor cultural e de áreas de invasão; 2) Cercamento das áreas de invasão; Formação e capacitação de jovens indígenas para atuação como Agentes Ambientais; 3) Revitalização de trilhas e construção de centro de lazer e visitação; 4) Fortalecimento de Redes de experiências com outras aldeias guarani, inclusive no Paraguai, com enfoque na agrobiodiversidade Guarani; 5) Criação de um banco de sementes tradicionais Guarani; 6) Pomar na área da escola e quintais agroflorestais; 6) Diagnóstico da agrobiodiversidade local. (Idem, 2012)

Até então pode se rastrear através do site (http://cggamgati.funai.gov.br) voltado ao projeto que foram realizadas e estão sendo privilegiadas atividades visando a formação indígena, ademais houve oficinas sobre princípios de agroflorestas, apoio a hortas agroecológicas e quintais agroflorestais, bem como a disponibilização de um edital no valor de 40 mil reais para a realização de oficinas, cursos e atividades práticas de manejo e recuperação de áreas degradas entre outros. Entretanto, no resultado final nenhum projeto foi proposto para o Oco’y.

**Conclusões**

As ações realizadas até então pelo Projeto Gati condizem em maior ou menor grau com as 13 diretrizes do PNGATI. Dessas podem ser retiradas os incisos VI e VII por não se tratar do contexto da Terra Indígena Oco’y. As outras diretrizes se complementam ao falar da importância da gestão ambiental, a necessidade da proteção territorial, autonomia, direito a consulta prévia e parcerias institucionais, como ditos anteriormente. Somente a diretriz exposta pelo Inciso IV sobre o reconhecimento e valorização das mulheres indígenas que não foi constatado maiores ações além da participação de uma mulher na reunião de instalação do Conselho Regional.

Através da comparação com o projeto desenvolvido pela Itaipu e o projeto GATI é possível perceber que ambos possuem objetivos semelhantes, entretanto seguem valores e premissas diferentes as quais condicionam os resultados.

A Itaipu realiza uma abordagem imediatista de apelo a sustentabilidade, buscando saciar as necessidades urgentes da comunidade. E embora produza resultados, estes não são os esperados por um projeto de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez GATI possui uma abordagem sustentável, isto é, preocupa-se com a satisfação das necessidades atuais e futuras, buscando harmonizar o desenvolvimento ambiental, econômico e social, o que a partir da base teórica indica que está trilhando os caminhos adequados ao seu objetivo de desenvolver a sustentabilidade através da gestão ambiental e territorial.

**Referências**

Buarque, S. C. (1999) *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília.

Boff, L. (2015) *Sustentabilidade:* O que é – O que não é. (4a ed). Petrópolis: Editora Vozes.

Candiotto, L. Z. P., Carrijo, B. R.& Oliveira, J. A. A Afroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável. (2008) In A. F Alves, B. R. Carrijo & L. Z. P Candiotto (Orgs). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.* São Paulo:Expressão Popular.

Carvalho, M.L.B. (2013) *Das terras dos índios aos índios sem terra* - o Estado e os Guarani do Oco’y: Violência, Silêncio e Luta. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, Brasil.

Jornal do programa socioambiental da Itaipu Binacional. (2013, n° 24, novembro) In *Cultivando Água Boa*. Foz do Iguaçu.

Gati. *Projeto GATI promove apoio a quintais agroflorestais e hortas agroecológicas na TI Ava-Guarani de Oco'y (PR).* Recuperado em julho, 2015, de http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/projeto-gati-promove-apoio-quintais-agroflorestais-e-hortas-agroecologicas-na-ti-ava-guarani-de-ocoy-pr

Implementação. *Como está sendo  a implementação do Projeto GATI***.** Recuperado em julho, 2014, de http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/o-que-e-o-gati/implementacao/

O que é o projeto Gati? *Conheça o seu objetivo e parcerias.* Recuperado em julho, 2015 de http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/o-que-e-o-gati/.

Orsi, M.R.S. (2011) *A Atividade Piscícola em Tanques-Rede no Reservatório de Itaipu*: o caso da Comunidade Indígena Tekoha Ocoy. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, Toledo – PR, Brasil.

Relatório Anual. *Programa 400 - Sustentabilidade de segmentos vulneráveis, Ação 2269:*Sustentabilidade de Comunidades Indígenas. Recuperado em julho, 2015, de http://apublica.org/wp-content/uploads/2015/03/9-Relat%C3%B3rio-Anual-de-Itaipu-de-Sustentabilidade-com-Ind%C3%ADgenas-2014.doc.pdf.

Smith, M e Guimarães, M.A. (2010) *Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas:* Reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. Recuperado em julho 2015, de <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-82-440-20100903170251.pdf>